



COORDENAÇÃO ACADÊMICA

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

CURSO LLM EM DIREITO ADMINISTRATIVO, SANCIONADOR E REGULATÓRIO (2025.1)

Objetivo do curso

Proporcionar aos profissionais do Direito, com atuação nas áreas do Direito Administrativo, do Direito Sancionador e do Direito Regulatório e suas variadas temáticas atuais, elementos doutrinários e jurisprudenciais para a formação de interpretação analítica da Constituição Federal e crítica das novas legislações e paradigmas aplicáveis, além da essencial compreensão da jurisprudência e dos precedentes judiciais formados pelas Cortes Superiores (STJ/STF), bem como pelos entendimentos das Cortes de Contas e das Agências Reguladoras.

Público-alvo

Advogados privados, Advogados públicos, Membros da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública, Servidores Públicos do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, Servidores Públicos das Agências Reguladoras, Servidores Públicos dos Tribunais e das Cortes Superiores, Servidores Públicos dos Tribunais de Contas e integrantes dos departamentos jurídicos de Sociedade de Economia Mista e de Empresas Públicas.

Diferenciais

As aulas serão ministradas com enfoque na prática jurídica relacionada aos temas específicos, sem deixar de abordar a necessária análise da doutrina e jurisprudência, aliando a prática e a teoria no desenvolvimento do aprendizado do conteúdo.

O curso aborda de maneira aprofundada os principais temas do Direito Administrativo contemporâneo, além do Direito Sancionador e do Direito Regulatório, proporcionando ampla formação para a atuação na área do Direito Público específica, a qual exige conhecimento de diferentes áreas do Direito que interagem e se complementam para o desempenho orgânico e sinérgico das atividades profissionais na área privada e pública.

O corpo docente do curso é composto, essencialmente, por mestres e doutores em Direito com experiência acadêmica e integralmente formado por profissionais com efetiva experiência em suas áreas de atuação e correlatas aos temas do curso, entre os quais Advogados Públicos e Privados, Assessores de Ministros das Cortes Superiores, membros da Magistratura e do Ministério Público, além de servidores de órgãos públicos com atuação na Administração Pública direta e indireta.

Em todos os módulos, o curso também prevê a realização de atividades de conteúdo prático, por meio de seminários participativos, oficinas temáticas, análise de casos concretos, entre outras, com o objetivo de proporcionar a experimentação do conteúdo teórico em simulações de atividades profissionais, correspondendo ao modelo pedagógico CHAVE da FPMB.

Modalidade: presencial;

Duração: 12 meses

Carga horária: 380 horas/aula

Dias e Horários: terça-feira e quinta-feira, das 19:00 às 22:00 horas; (sábados agendados);

Coordenador Geral: Prof. Dr. Fabiano Tesolin

Investimento: Parcelas a partir de 21 vezes de R\$ 915,00 (condições dependendo de convênios e desconto pontualidade).

ESTRUTURA CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

| MÓDULO | COMPONENTE CURRICULAR | CH |
|---|--|-----|
| I – Administração Pública e Constituição Federal - 70 h | Direito Administrativo e a Constituição Federal: novos paradigmas da Administração Pública | 14h |
| | Atos Administrativos, Bens e Serviços Públicos: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| | Responsabilidade Civil do Estado: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| | Intervenção do Estado na Propriedade e no Domínio Econômico: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| | Direito Ambiental: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| II – Licitações, Contratos Administrativos e Fazenda Pública em Juízo - 70 h | A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos | 14h |
| | Tópicos avançados de Contratos Administrativos | 14h |
| | Concessões e Permissões na Administração Pública | 14h |
| | Fazenda Pública em Juízo | 14h |
| | Oficina: Fazenda Pública em Juízo | 14h |
| III – Temas Contemporâneos de Direito Administrativo- 70 h | LINDB – Os novos parâmetros de interpretação do Direito Público | 14h |
| | LGPD na Administração Pública | 14h |
| | Compliance no âmbito do Poder Público | 14h |
| | Consensualidade na Administração Pública | 14h |
| | Mediação e Arbitragem na Administração Pública | 14h |
| IV – Direito Administrativo Sancionador - 70 h | Elementos Estruturantes do Direito Sancionador | 14h |
| | Lei de Improbidade Administrativa – Aspectos Materiais e Processuais | 14h |
| | Lei Anticorrupção - Aspectos Materiais e Processuais | 14h |
| | Teoria Geral do Processo Administrativo Disciplinar: Teoria e prática | 14h |
| | Tópicos avançados de Direito Sancionador | 14h |
| V - Direito Regulatório - 70h | Elementos Estruturantes do Direito Regulatório | 14h |
| | Agências Reguladoras: Estrutura, funções e o modelo brasileiro | 14h |
| | Direito Concorrencial e Econômico - CADE | 14h |
| | Tribunal de Contas da União e Regulação | 14h |
| | Tópicos avançados de Direito Regulatório | 14h |

- **Métodos e Técnicas de Pesquisa (14 h).**
- **Seminário Direito Administrativo, Sancionador e Regulatório (16h):** Palestras com convidados especiais e/ou atividades programadas);

CORPO DOCENTE

Fabiano da Rosa Tesolin (Coordenador LLm Direito Administrativo, Sancionador e Regulatório)

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Constitucional pelo IDP/DF. Graduado em Direito pela PUC/PR. Coordenador do LLm em Processo nas Cortes Superiores da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Professor da Graduação em Direito da FPMB. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Ex-Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ex-Secretário-Executivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Assessor-Chefe da Assessoria de Correição e Inspeção da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ana Cristina Botelho

Doutora em Direito pela Direito pela UnB com período Sanduíche em 2017/2018 no Boston College Law School – financiado pela Capes). Mestre em Direito Administrativo e Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Ex-Assessora de Ministro do TCU. Ex-Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa. Auditora no Tribunal de Contas da União desde 1996.

Ana Karenina Silva Ramalho Andrade

Doutoranda e Mestre em Direito pela UnB. Advogada da União. Foi Subprocuradora-Geral da União. Atualmente, Procuradora Nacional da União de Servidores Públicos e de Militares da Procuradoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa (CNPq/UnB) Processo Civil, Acesso à Justiça e Tutela de Direitos. Diretora Jurídica da Associação Brasiliense de Processo Civil - ABPC. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Vice-presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB.

André Cavalcanti Erhardt

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direito da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Procurador Federal. Assessor de Ministro do STJ.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Livre-docente pela USP, Doutor e Mestre pela PUC-SP. Pós-doutorado na Universidade de Boston. Foi Consultor-Geral da União e Procurador-Geral Interino na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Colunista do site Consultor Jurídico (Conjur).

Cassio Cavalcante

Mestre em direito do Estado (PUC/SP) e doutor em educação (UCB/DF). Professor universitário. Advogado da União. Procurador-geral da Anatel. Foi consultor jurídico do Comando da Aeronáutica e do MEC, consultor jurídico adjunto do MCTI e do MJ. Foi membro titular da banca suplementar (exame oral – direito constitucional) dos concursos públicos de ingresso na carreira de advogado da União de 2012/2013 e 2015/2016. Autor de livro, capítulos e artigos em revistas especializadas.

José Henrique Mouta

Pós-doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará, Professor convidado de cursos de pós-graduação em direito em várias instituições do Brasil. Palestrante e conferencista em vários eventos jurídicos realizados no país. Autor de diversos artigos e livros jurídicos. Procurador do Estado do Pará com atuação em Cortes Superiores.

João Pires de Carvalho Junior

Mestrando em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Formado em Direito pela UniDF, com especialização em Direito Processual Civil pelo UniCEUB. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Exerceu a função de assessor da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Juliana Daher Delfino Tesolin

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito de Família pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Mestre em Direito pelo UniCEUB. Professora da Graduação em Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Doutoranda em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo (UPM). Instrutora Interna do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ex-Assessora-Chefe da Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Advogada com experiência e atuação em Direito Administrativo e Sacionador.

Leonardo Peter da Silva

Mestre em Direito, Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios - Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB, Brasília. MBA em Administração Estratégica de Sistemas de Informação - Fundação Getúlio Vargas (FGV Management), Brasilia. Curso de Extensão em Políticas Públicas pela Harvard Kennedy School, Harvard University, Estados Unidos. Ex-Assessor de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça. Secretário-Executivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Maria Augusta Viegas

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília, tendo apresentado dissertação sobre teorias regulatórias e estratégias para repercussões concorrenciais positivas. Atua em aspectos regulatórios e governamentais de setores de infraestrutura. Advogada.

Maria Rosa Guimarães Loula

Possui graduação, mestrado e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro). É Procuradora Federal desde 2002. Atualmente é Secretária Adjunta de Assuntos Ambientais, Sociais e de Justiça na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Foi Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), ambos no Ministério da Justiça (MJ). Foi Conselheira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Procuradora na Agência Nacional do Petróleo (ANP) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e foi Diretora de Regulação da Educação Superior no Ministério da Educação (MEC). Ocupou, ainda, os cargos de Assessora e Chefe de Gabinete do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mariana Camargo Rocha

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília - UNB. Especialista em ordem jurídica do Ministério Público - FESMPDFT (2009), em Direito Público (2008) e em Gestão de Processos Acadêmicos (2016). Graduada em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal. Membro do Grupo de Pesquisa Processo Civil e Acesso à Justiça - GEPC/UNB. Instrutora no Centro de Formação e Gestão Judiciária do Superior Tribunal de Justiça. Ex -Chefe de Gabinete do Diretor Geral do STJ. Ex-Diretora do Centro de Formação e Gestão Judiciária do STJ. Atual Secretária Acadêmica e de Formação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

<http://lattes.cnpq.br/1326639265000894>

Maximiliano Ferreira Tamer

Mestre em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Advogado da União, Ex-Assessor de Ministro no STJ por 18 anos, Instrutor da Escola Corporativa do STJ desde 2008. Ex-Consultor Jurídico do MAPA.

Pedro Abi-Écab

Doutor e mestre em Direito pela PUC/SP. Graduado em Direito pela USP. Promotor de Justiça de entrância final do Ministério Público do Estado de Rondônia. Membro Auxiliar no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Autos de livros e artigos jurídicos. Integrante de Conselhos Editoriais de publicações acadêmicas. Professor da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

Samuel Rodrigues de Miranda Neto

Assessor de Ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mestre em Direito, Regulação e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Tércio Tokano

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela UEL e em Direito Público pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado da União de carreira, exerceu os cargos de Coordenador-Geral de Defesa da Probidade, Procurador-Regional da União da 3ª Região e Adjunto do Advogado-Geral da União. Atuou como representante da AGU perante o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Exerceu, ainda, o cargo de Subchefe Adjunto de Assuntos Institucionais da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, e de Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Exerce o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Valter Shuenquener de Araújo

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (conclusão em 1999), mestrado em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (conclusão em 2003) e Doutorado em Direito Público pela UERJ (conclusão em 2008). KZS pela Ruprecht-Karls Universität Heidelberg. Atualmente é Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Conferencista da EMERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ (PPGD). Juiz Federal auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Vanir Fridriczewski

Advogado da União e Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutor em Estado de Derecho y Gobernanza Global pela Universidade de Salamanca, na Espanha (2022), com título de Doutor reconhecido/revalidado pela Universidade de Brasília - UnB. Professor colaborador/orientador no Programa de Doutorado em Estado de Derecho y Gobernanza Global pela Universidade de Salamanca, na Espanha.